

Artigo Seleccionado

Caxias e Rio Branco: o que fariam?***Luiz Eduardo Rocha Paiva(*)***

1 INTRODUÇÃO

A História é uma excelente mestra e os países que levam em conta os ensinamentos por ela proporcionados, com muita clareza, não são surpreendidos pelas armadilhas que mãos adversas, e não o destino, colocam em seus caminhos.

“A verdade é filha do poder” como alguém já disse. Assim, as potências criam motivos para justificar intervenções, camuflam a verdade sob o manto de meias-verdades ou, ainda, simplesmente enganam.

Conhecer o histórico e a ação dos países que conduzem os destinos do mundo permite concluir sobre suas aspirações e interesses vitais, permanentes e atuais, de maior relevo. Por eles, é fácil constatar que tais países não hesitam em ir ao conflito, inclusive à guerra, quando outros meios de pressão não forem suficientes. No entanto, pensam duas vezes quando o oponente dispõe de capacidade de dissuasão, sendo emblemática a diferença de postura da Inglaterra com relação à devolução pacífica de Hong-Kong e à guerra que moveu para manter as Malvinas.

A História mostra, também, que as perdas de um país não se dão da noite para o dia e sim como desenlace de um processo em que, paulatinamente, vai cedendo terreno no campo estratégico até que, às vezes décadas depois de iniciado o processo, se vê em posição de fragilidade diante de um **fato consumado**. Estes países não são vítimas dos mais fortes e sim de suas próprias vulnerabilidades materiais e, principalmente, da falta de percepção estratégica, responsabilidade cívica e patriotismo, quando interesses imediatistas e inconfessáveis têm

prioridade sobre o futuro.

O objetivo deste trabalho é mostrar que o Brasil, há quase duas décadas, vem incorrendo neste erro e que já está em vias de se ver diante do **fato consumado** de aceitar a soberania compartilhada na fronteira norte, a começar por Roraima. Pretendo fazê-lo tendo como apoio fatos históricos.

2 O EIXO DO PODER

É possível identificar a existência de um Eixo do Poder onde estão os países que conduzem os destinos do mundo há vários séculos.

Tal Eixo perpassa, unindo e atritando entre si: Estados Unidos da América (EUA - um “novato”); França, com ramificação para a Inglaterra; Alemanha; Rússia; China (que já foi potência, decaiu e voltou a subir); e Japão (também um “novato”).

Outros atores como Canadá, Itália, Turquia, Austrália e Índia entram como coadjuvantes, pois costumam ser envolvidos nos conflitos do Eixo, daí terem forças armadas potentes.

Os países do Eixo estão sempre enfrentando desafios, conflitos e guerras. Sofreram derrotas e lograram vitórias. Seus povos passaram por sacrifícios e, por isso, sabem da necessidade de terem forças armadas fortes e capazes de respaldar uma política externa ativa e soberana, que projeta poder político-militar para satisfazer seus interesses onde quer que estejam, caso tenham liberdade de ação.

Os países do Eixo não aceitam imposições e pressões de outras potências e de organismos internacionais que possam gerar

(*) O autor é General-de-Brigada do Exército Brasileiro, doutor em Ciências Militares e especialista em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). (EMail: rochapaiva@yahoo.com.br)..

ameaças futuras às suas aspirações e interesses vitais. O Brasil vem aceitando, como, por exemplo, a “Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas”, aprovada em setembro de 2007 pela ONU, com nosso voto favorável.

Não é coincidência aqueles países conduzirem os destinos do mundo. São os de maior poder exatamente porque estão sempre enfrentando conflitos, seja nas áreas adjacentes ao Eixo, seja nas periféricas onde identifiquem interesses importantes, que se traduzam em objetivos nacionais para suas sociedades e/ou para o Estado. Na Rússia e na China, as sociedades têm pouca influência na definição desses interesses e objetivos, agindo, normalmente, a reboque das decisões do Estado.

Hoje, os membros do Eixo que perderam a primazia e, portanto, a liberdade de ação para projetar poder por iniciativa própria, procuram fazê-lo quando aparece uma oportunidade, particularmente, no âmbito de uma coligação. França e Inglaterra, cumpre alertar, têm forte influência e ligações com a região guianense, na fronteira norte do Brasil, e com ONG que atuam nas Terras Indígenas (TI) brasileiras com o apoio de seus Governos.

3 ASPIRAÇÕES, INTERESSES E CONFLITOS ATUAIS

A ameaça de que tratamos neste artigo está se concretizando por ser do interesse dos EUA e de outras potências do Eixo, particularmente Inglaterra, França e Alemanha, às quais se alia a Holanda. No entanto, ainda não é um interesse prioritário com relação a outros no Oriente Médio, no Cáucaso e na Europa Oriental.

As sociedades das nações ocidentais do Eixo do Poder atingiram um extraordinário nível de vida e bem-estar e têm influência na condução de seus destinos pelo Estado. Para manter esse status – uma aspiração –, consomem imensas quantidades de recursos, principalmente energéticos, que seus países não têm condições de prover a partir de seus próprios territórios ou precisam mantê-los

como reserva estratégica.

Dessa forma, passa a ser um interesse vital, para satisfazer aquela aspiração, assegurar o acesso às regiões do mundo onde estão as matérias primas necessárias. Para isso, não se negam a projetar seu poder político-militar.

Os EUA, por sua vez, alcançaram tal estágio de bem-estar social e poder político, econômico e militar, que não podem se furtar a agir globalmente para manter esta situação, envolvendo-se, por isso, em constantes conflitos.

Esta riqueza e este poder, que cobram tais exigências, trarão felicidade àquela sociedade em longo prazo?

a Os Conflitos com o Iraque em 1990/1991 e 2003.

Para a França, Alemanha e Japão a presença dos EUA e da Inglaterra no Oriente Médio, indiretamente, atende a um interesse vital. Se os EUA, um aliado, perderem o controle da região, o vazio de poder resultante naquela posição de alto valor estratégico não será ocupado por nenhum dos três.

1) A Guerra de 1990/1991.

Qual foi o motivo real para o conflito armado? Teria sido o oficialmente anunciado: “libertar o Kweit”?

O verdadeiro propósito foi o de neutralizar o Iraque como potência regional emergente, declaradamente adversa aos interesses ocidentais, particularmente, aos dos EUA. O Iraque, ao invadir o Kweit, passou a controlar um dos maiores produtores de petróleo do mundo e era uma ameaça à Arábia Saudita, tradicional aliado e um dos maiores fornecedores de petróleo dos EUA. A monarquia saudita é ditatorial e pouco popular, sendo uma preocupação dos EUA que possa cair, como aconteceu com a monarquia iraniana, antiga aliada norte-americana.

Por outro lado, a região tem grande valor geoestratégico como elo entre a Europa e a Ásia e o Mediterrâneo e o Índico. A História apresenta inumeráveis conflitos que, desde a antiguidade, confirmam a importância dessa região, ainda antes de se utilizar o petróleo. O afastamento dos EUA atrairia a URSS, a China e o Irã.

Ao invadir o Kweit, o Iraque forneceu a justificativa moral para respaldar a consecução dos verdadeiros objetivos da “Coalizão”, particularmente, dos EUA.

Houve um perfeito alinhamento com a **aspiração nacional** – “manter o padrão de vida da sociedade norte-americana” e o **interesse vital** – “assegurar o acesso às fontes de matéria-prima vitais à nação, onde quer que existam”; do **objetivo nacional** – “projetar o poder nacional sobre o Oriente Médio, de modo a assegurar o abastecimento de petróleo”; do **objetivo de guerra** – “neutralizar o Iraque como potência emergente e antagonista no Oriente Médio”; do **objetivo operacional** – “destruir o poder militar do Iraque”; e da **manobra estratégica terrestre** – “desbordar, cercar e destruir as forças iraquianas no Teatro de Operações, particularmente, a Guarda Republicana”. O bloqueio econômico, estratégia indireta, completou a neutralização do Iraque como potência emergente, pois o País nunca mais recuperou seu poder militar.

2) A Guerra de 2003.

Quais os verdadeiros motivos para derrubar Saddam? Implantar a democracia no Iraque? Desativar o “arsenal de armas de destruição em massa”? Eliminar um ponto de apoio ao terrorismo internacional? Nada disso!

O propósito principal, dentre outros secundários, foi implantar um governo aliado ou favorável aos EUA. Assim, evitar um provável apoio de Saddam a movimentos internos na Arábia Saudita, que pudessem desestabilizar sua monarquia, aliada dos EUA. Lideranças importantes do fundamentalismo islâmico antagonizam aquela monarquia com o apoio da Al Qaeda.

A luta contra o terrorismo, intensificada após destruição das Torres Gêmeas, foi o caminho encontrado para criar a situação que respaldasse a derrubada de Saddam. Os EUA tinham, agora, uma liberdade de ação ampliada, pois a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tinha desaparecido da cena e a Rússia não estava em condições de dissuadir os EUA de exercer seu incontestável poder sobre aquela região.

Na Guerra de 2003, comparando com a Guerra de 1990/1991, só houve modificação a partir do **objetivo de guerra**, sendo agora – “derrubar Saddam e constituir um governo favorável aos EUA” -, o que implicou selecionar como **objetivo operacional** – “invadir o Iraque e conquistar Bagdá”. A **manobra estratégica**, magistralmente executada, foi semelhante à “blitzkrieg” alemã com valor agregado por mais de 60 anos de desenvolvimento científico e tecnológico.

As falhas foram na avaliação da reação do povo iraquiano e das correntes islâmicas – xiita e sunita –, bem como na concepção do pós-guerra para a volta à normalidade. Embora exista um governo que não é inimigo dos EUA, diferentemente de Saddam, ele não controla o País, o que impede de concretizar a ampliação do controle norte-americano na região e, ainda, não se pode prever se será um futuro aliado. A liderança xiita, mais forte no governo, é simpática ao regime iraniano, antagonista aos EUA.

b- O Desmantelamento da Iugoslávia e o Avanço na Ásia Central.

Nos Bálcãs, ficou clara a intenção dos EUA e da União Européia (UE) de neutralizar a Sérvia, poder central na ex-Iugoslávia, facilitando e apoiando o seu desmembramento, que parece chegar ao fim com a separação do Kosovo. No cerne da questão não estavam os direitos de nações artificialmente incorporadas à ex-Iugoslávia, mas a neutralização de um tradicional aliado da Rússia, afastando essa potência dos Bálcãs

e, assim, facilitando a expansão da UE e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na direção da Europa Oriental, por onde se vai concretizando o cerco estratégico da Rússia pelo oeste.

Para serem coerentes, por que não apoiar, então, a existência de um Estado Curdo? Ora, a Turquia seria prejudicada em um interesse vital, perdendo parte de seu território, e ela é aliada dos EUA na estratégia de isolar a Rússia pelo sul, sudoeste e sudeste, além de ser membro da OTAN.

Os EUA estão realizando uma ousada manobra estratégica com que, se lograrem êxito, terão cercado a Rússia e a China. Estas duas potências, é claro, movem suas peças para impedir o êxito da manobra norte-americana.

Com a queda da URSS, criou-se um vazio de poder na Ásia Central e os EUA aproveitaram-se desta situação para, ali, projetar poder com apoio da Turquia. Na década dos 90, o objetivo era assegurar o acesso aos importantes gasodutos e oleodutos locais. Hoje, com o propósito, também, de impedir o estabelecimento de “santuários” do terrorismo naqueles países de regimes instáveis, os EUA têm bases militares em algumas ex-Repúblicas Soviéticas, bem como diversas multinacionais já se instalaram na área.

A UE tem interesse no isolamento da Rússia, que sempre foi considerada uma ameaça, e com razão, pelo seu histórico expansionismo. Por outro lado, com exceção do Reino Unido, a UE almeja maior liberdade de ação com relação aos EUA, o que será difícil enquanto não houver maior coesão entre seus membros. Falta a aspiração de um futuro comum, capaz de uni-la no campo político-militar para o enfrentamento de conflitos de maior risco. A admissão de vários membros após a queda da URSS deve retardar este longo processo de integração.

A OTAN, sistema vital para os EUA, tem mais chance de permanecer enquanto a integração da UE não se concretizar, pois isto levaria ao estabelecimento de um Sistema

Coletivo de Defesa Europeu, comprometendo a existência da OTAN. Aos EUA interessa manter esta situação, sendo sua a pressão para que a aliada Turquia, islâmica e asiática, seja admitida no Bloco Europeu.

No futuro, uma Rússia ainda que enfraquecida, e até mesmo por isso, seria um poderoso aliado dos EUA contra a China, particularmente, se esta última ameaçasse os territórios asiáticos russos.

Quanto à China, os EUA contam com a Coreia do Sul, Japão, Formosa, Austrália, Filipinas e Índia, por este e pelo sul, e procuram cooptar apoios no sudeste asiático, temeroso do poder chinês. Na Ásia Central, contam consigo mesmos para materializar o cerco estratégico. Mais uma vez fica evidente que as potências do Eixo não se furtam a correr riscos de enfrentar atores, mesmo poderosos, quando defendem interesses importantes ou vitais. Fica fácil percebê-las como potenciais ameaças para países periféricos detentores de riquezas e espaços estratégicos, que possam vir a ser por elas cobiçados.

Os EUA, potência marítima e continental da segunda metade do século XX, herdeira da Inglaterra, venceu a Guerra Fria contra a URSS, potência apenas continental do mesmo século. O século XXI assistirá a disputa entre duas potências marítimas e continentais, pois a China desenvolverá, certamente, um forte poder naval. Daí a importância do cerco com os aliados no Oceano Pacífico, a fim de evitar a expansão de bases navais chinesas além do seu litoral, onde estão sob “vistas e fogos”, podendo, assim, limitar o fortalecimento do poder naval chinês.

O heartland de Mackinder – onde ficam a Ásia Central e a Rússia – revela sua importância geoestratégica como posição de cerco ou de isolamento de possíveis oponentes, bem como de proteção da aliada Europa. Os EUA, potência marítima global e continental ocidental, tentam reforçar sua vertente continental, duplicando-a, a partir de posições estratégicas a oeste da China. Destas posições, ameaçam a retaguarda do oponente

onde ele é menos poderoso e tem problemas de coesão interna.

A África é um novo espaço disputado entre a China e os EUA, o qual relegava aquele Continente a um plano bem secundário. A China vem ocupando espaços na África, rica em petróleo, gás e minerais estratégicos, como prova o crescimento de um intercâmbio comercial que saltou de US\$ 1 bilhão para US\$ 50 bilhões entre 1995 e 2005. Vários países africanos entraram para a esfera de influência da China.

A resposta dos EUA foi a recente criação de um Comando Estratégico na África (AFRICOM), que tem como peculiaridade contar com civis nos altos escalões. Seu universo de atuação extrapola a área de defesa e alcança as de ajuda humanitária e apoio ao desenvolvimento regional. Uma das causas, claramente anunciada, da criação do AFRICOM é para se contrapor à penetração chinesa no Continente Africano.

4 O BRASIL E O EIXO.

O Brasil, ainda não se envolveu de maneira ampla nos conflitos do Eixo, pois a América do Sul não tem sido uma região de disputa de interesses vitais daquelas potências, aliado ao fato de ser uma área de influência dos EUA.

A Guerra do Paraguai foi o único conflito em que o País viveu uma séria ameaça, fruto do descuido com a manutenção de um Exército compatível com a necessidade de proteção de suas riquezas da cobiça estrangeira. Felizmente, tínhamos a potente Marinha Imperial que desequilibrou o poder em nosso favor após a Batalha do Riachuelo. Hoje, vivemos uma situação ainda mais grave, pois o hiato tecnológico com os possíveis oponentes não pode ser reduzido, nem mesmo em longo prazo.

A participação na II Guerra Mundial não foi para fazer frente a uma ameaça de invasão e sim como desagravo à afronta dos submarinos alemães e italianos que afundavam nossos navios no Atlântico. Além disso, havia interesses importantes de nossa

parte e dos EUA, sendo um deles, para o Brasil, aproveitar a oportunidade de se projetar no cenário internacional. Foi uma experiência significativa para consolidar aspirações nacionais de democracia, desenvolvimento e respeito internacional. Viu-se a necessidade e firmou-se o interesse em ser uma potência mundial ombreada com as que venceram o conflito. Esta visão orientou, motivou e permitiu o progresso do Brasil em quatro décadas, sendo a Nação que mais cresceu no século XX, junto com o Japão.

A partir dos anos 90, a liderança nacional abandonou a visão de “Brasil Potência”, passando a aceitar pressões e imposições que restringem o nosso acesso a recursos de valor estratégico, nos campos militar e científico-tecnológico, e adotou políticas de cunho neoliberal, valorizando mais o viés comercial das relações exteriores do que o da segurança e defesa nacional.

Com a criação, por sinal necessária, do Ministério da Defesa (MD), as Forças Armadas (FA) foram afastadas do núcleo decisório do Estado. Na realidade, esta fora a verdadeira intenção e não a fundamental integração entre as FA, o que configura uma danosa falta de visão pela qual ainda vamos pagar caro.

Não existe sintonia de pensamento entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e as FA no tocante às necessidades e aos cuidados com a segurança e defesa nacional. Quem pensa diferente pode estar confundindo sintonia com predomínio de posições. Hoje, ocorre um desequilíbrio entre os pesos políticos do MRE e do MD. Da mesma forma, o fortalecimento do campo militar é ingenuamente relegado a um plano bastante secundário, em relação aos demais, revelando falta de conhecimento de história e de

percepção estratégica num País que pretende projetar-se no concerto internacional. O Brasil aceita todas as imposições que restringem seu desenvolvimento militar e científico-tecnológico.

Estratégia nacional e de defesa, poder nacional e militar, e assuntos militares não são do conhecimento de muitos civis, o que dificulta o desempenho do cargo de Ministro da Defesa sem, ao menos, um Secretário-Executivo que seja militar. Não se entende, também, o paradigma de que esse Ministro não deva ser um militar.

O Brasil, dotado de imensas riquezas que atraem a cobiça internacional, e que pretende inserir-se num contexto dominado pelas potências do Eixo, vai fazê-lo com perigosas vulnerabilidades. Possui de direito, mas não ocupou nem integrou de fato, uma região amazônica claramente cobiçada e sujeita a pressões internacionais. Um vazio onde o Estado tem dificuldade de exercer seu poder e, em muitas áreas, deixa-se substituir por Organizações não-Governamentais (ONG) e outros órgãos ligados a potências do Eixo ou a seus aliados. Um Brasil com FA sucateadas, desequipadas e sem a menor capacidade de dissuasão em face das ditas potências.

A lição da História em 1864 na Guerra do Paraguai, repetida em 1942 quando só pudemos enviar uma Força Expedicionária à Itália dois anos depois da declaração de guerra, ainda não foi aprendida. O País vai, mais uma vez, entrar em um conflito despreparado e, desta vez, com oponentes muito mais fortes.

O conflito virá! Armado ou não, mas virá e será por causa da Amazônia, envolvendo Roraima e a fronteira norte.

Conclusão Parcial

- Existe um Eixo de Poder constituído de países que não abdicam de forças armadas potentes, aptas a respaldar políticas externas agressivas na conquista ou na manutenção de aspirações e interesses das sociedades e dos Estados que lhes representam.

- Esses países traduzem aspirações e

interesses – matérias primas, recursos, influência global e espaços geopolíticos – em objetivos, e vão ao seu enalço onde quer que estejam, sem respeitar soberanias quando eles forem vitais ou importantes.

- Fazem o possível para continuar decidindo os destinos do mundo e estão sempre atuando em alianças ou em conflitos entre si mesmos.

- O Brasil não tem mais como visão de futuro ser uma potência mundial, o que o manterá inferiorizado com relação ao Eixo.

- A partir dos anos 90, os militares foram afastados do núcleo decisório do Estado Brasileiro, ficando a defesa nacional relegada ao segundo plano. Há um desequilíbrio entre os poderes do MRE e do MD, com prevalência do segmento diplomático no assessoramento ao Governo.

- A projeção internacional do Brasil, impossível de ser contida, vai colocá-lo no eixo dos conflitos em situação vulnerável para respaldar as decisões de Estado no campo militar, uma vez que não temos capacidade de dissuasão em face do Eixo.

- Existem fortes atrativos em nosso espaço amazônico onde estamos sendo submetidos a ações estratégicas do Eixo, há quase duas décadas, com o objetivo de nos impor uma soberania compartilhada na região, conforme seus interesses de poder.

5 A C R E – K O S O V O – AMAZÔNIA/RORAIMA.

Enfatizo a importância de recorrermos à História, que nos mostra ser possível perceber prospectivamente ameaças que, se esperarmos “ver para crer”, será tarde demais. Infelizmente, creio já haveremos incorrido neste erro há quase duas décadas. O tempo em estratégia não se conta de ano a ano. Um erro estratégico cometido hoje se transforma em ameaça amanhã e em perda no futuro, muitos anos depois, como veremos a seguir.

a - Acre

Em 1834, começavam as conversações entre Brasil e Bolívia para definir a fronteira.

Foram várias tentativas de se chegar a um acordo até que, em 1867, a Bolívia pressionou o Brasil para colocar um ponto final na questão. O momento lhe era favorável, pois o Brasil passava por um período delicado na Guerra da Tríplice Aliança após o desastre de Curupaiti.

Nas conversações, a redação do artigo referente ao traçado da linha de fronteira na região do Acre deixava-o em território boliviano. A demarcação, porém, só começou em 1895. Os trabalhos foram suspensos em 1898, mas o Governo do Brasil manteve-se de acordo com os termos do Tratado de 1867, que atendia aos interesses bolivianos.

A situação demográfica, no entanto, evoluíra desde 1877 com a imigração de levas de nordestinos brasileiros que, fugindo da forte seca do sertão, povoaram a região do Acre para o trabalho de extração do látex para a produção de borracha, matéria prima de alto valor no mercado internacional. A região não fora ocupada, nem pelo Estado, nem por população boliviana. Estava caracterizado um vazio de poder em uma região rica, não integrada e cobiçada por seringalistas estrangeiros e aventureiros sem nenhum compromisso ou comunhão de aspirações e interesses com aquela Nação andina. De fato, existia um poder local que nada tinha a ver com o Estado boliviano.

Quando o Governo daquele País procurou ocupar, efetivamente, o vazio – com o apoio do Governo do Brasil – enfrentou uma forte resistência armada da comunidade local. A Bolívia não tinha recursos para o vulto que tomara a empreitada, ou não a priorizou como um interesse vital. A média de baixas nas expedições que, sem sucesso, enviou para sufocar a rebelião era de 60% dos efetivos empregados.

Assim, em 11 de julho de 1901, a Bolívia arrendou o Acre ao “The Bolivian Syndicate of New York City in North America”, empresa com capitais norte-americanos e ingleses. Na presidência da companhia estava o filho do Presidente dos EUA, Sr. Theodore Roosevelt.

A seguir, transcrevo extrato de um trecho

do Livro “O Espírito Militar na Questão Acreana”, de Luís Felipe de C. Goycochea. (BIBLIEX–2007).

Criara-se para os estadistas da Bolívia uma conjuntura terrível. Haviam ganho a partida diplomática. O Brasil ajudara-lhes a ação militar [...]. Não podiam, entretanto, conservar a presa apetecida e menos fruir-lhe os lucros fabulosos. Ocorre-lhes, então, o arrendamento puro e simples do território à companhia estrangeira que 'pudiera contar para la defensa de sus intereses con el apoyo que los gobiernos fuertes prestan a sus nacionales.

A revolta recrudesciu em 1902 quando a comitiva do Bolivian Syndicate veio tomar posse da região arrendada. Com o regresso de Plácido de Castro ao Acre, o movimento contou com uma forte liderança para derrotar as forças bolivianas posicionadas em cidades e vilas locais, o que ocorreu em rápida campanha, que culminou com a declaração de independência do Acre.

O arrendamento ao Bolivian Syndicate trouxe à cena, no interior da América do Sul – em plena Amazônia –, duas potências imperialistas que sempre manifestaram interesses políticos pela região, o que provocou a mudança de posição do Governo do Brasil. É fácil imaginar as consequências, hoje, se aquele arrendamento houvesse vingado.

No Brasil, o novo Presidente da República – Sr. Rodrigues Alves – assumira em novembro de 1902. O Chanceler era o Barão do Rio Branco, que retomou as conversações com um novo enfoque para a questão, a partir da decisão da Bolívia de arrendar o Acre.

Ante o fato consumado de estar o Acre independente, fora do controle do Estado Boliviano e não tendo o Governo daquele País condições de reverter a situação pela força, o Brasil apresentou proposta de solução nos

termos do Tratado de Petrópolis, que foi assinado em novembro de 1903. Plácido de Castro já proclamara sua intenção de incorporar o Acre ao Brasil.

Até o arrendamento ao Bolivian Syndicate, o Governo Brasileiro sempre manteve o compromisso de seguir o Tratado de 1867, mesmo contrariando intenso clamor popular sensível à situação dos seringueiros brasileiros, praticamente os únicos habitantes do Acre.

Portanto, o Acre não foi conquistado militarmente pelo Brasil e sim vendido pela Bolívia. Roraima não está sendo conquistada militarmente por nenhuma potência e sim abdicada voluntariamente pelo Brasil.

b- Kosovo

A história recente nos mostra a questão do Kosovo (Sérvia) onde o vazio de população sérvia católica ortodoxa, há três séculos, frente à maioria de albaneses muçulmanos (90%), criou as condições objetivas que levaram à perda da soberania Sérvia sobre aquela parte de seu território.

Houve intervenção militar violenta de potências estrangeiras (do Eixo) sob o comando da OTAN. Faz poucos meses, como desenlace há muito esperado, o Kosovo declarou sua independência.

No Kosovo nasceu o Império da Sérvia pela vitória do Czar Dusan, que resultou na conquista da Macedônia e da Albânia (1331 – 1355). Anos depois, a Sérvia foi derrotada pelos otomanos, em 1389, na Batalha do Kosovo. A independência passou a ser um sonho e Kosovo um símbolo para aquele povo, que permaneceu sob o domínio otomano até 1912. No entanto, como já comentado, a grande maioria da população kosovar (90%) era albanesa (à semelhança do que acontecerá

nas TI brasileiras em alguns anos), em função da contigüidade territorial daquela província com a Albânia.

A revolta dos albaneses da província começou quando Slobodan Milosevic cassou a autonomia do Kosovo, que fora concedida por Tito, quando dirigia a Federação Iugoslava. O braço armado albanês era o Exército de Libertação do Kosovo (UCK), organização clandestina, que intensificou suas ações a partir de 1996.

Houve tentativa de se estabelecer um acordo de paz, em 1999, por meio de uma conferência na França, com apoio dos anfitriões, EUA, Canadá, Inglaterra, Itália, Holanda, Espanha e Alemanha. As partes em conflito estavam presentes nas conversações. Os oponentes não chegaram a um acordo, particularmente, porque os albaneses pleiteavam a realização de um plebiscito para a população (90% albanesa) decidir sobre a independência. Por outro lado, os sérvios não concordavam em aceitar a presença da OTAN para garantir a paz. Em março de 1999, houve uma segunda tentativa de acordo, também fracassada, pois os sérvios não concordaram com a proposta apresentada. Diante da negativa da Sérvia, que continuava recusando-se a aceitar tropa da OTAN em seu território, os membros daquele organismo decidiram empregar a força.

As potências européias do Eixo, os EUA e outros países da OTAN iniciaram uma arrasadora campanha aérea, mesmo sem o aval do Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), pois a Rússia e a China se opuseram à operação. A campanha visava a dobrar a Sérvia sem ter que realizar operações terrestres, que poderiam ter um custo elevado em baixas humanas e perdas materiais.

Em junho de 1999, cessou a resistência Sérvia e foram aceitas as condições dos aliados, que impunham, entre outras determinações, a retirada das forças sérvias do Kosovo, ou seja, de seu próprio território. Após a suspensão das operações aéreas, o CS/ONU autorizou a OTAN a empregar tropas sob seu comando no Kosovo.

Nove anos depois, o Kosovo declarou sua independência, que foi reconhecida imediatamente por EUA, França e Inglaterra – núcleo duro da OTAN e participantes da missão de paz. São três das principais potências do Eixo, com elevado interesse em restringir o poder da Sérvia na Europa Oriental, por ser uma aliada histórica da Rússia.

c - **Amazônia-Roraima**

No segundo quadrimestre de 2006, a Revista PADECEME, atual Coleção Meira Mattos, publicou um artigo deste articulista, “Amazônia: vulnerabilidade, cobiça, ameaça”, em que se procura caracterizar aqueles três aspectos apontados no título. Como poderemos constatar, vêm num crescendo desde então, tanto a ameaça, quanto a vulnerabilidade, devido à nossa falta de visão estratégica. Quais seriam os motivos da cobiça (interesses) do Eixo na Amazônia?

“Com 60% de sua área em território brasileiro, mais de 200 espécies diferentes de árvores por hectare, 1.400 tipos de peixes, 1.300 de pássaros e 300 de mamíferos, totalizando mais de dois milhões de espécies, a Amazônia representa um terço de toda a área de florestas tropicais do mundo e é essencial para o clima e a diversidade biológica do planeta. É a maior bacia de água doce do planeta e, considerando o aumento populacional e a redução das fontes, a água já é uma riqueza inestimável no século XXI. Maior fonte natural no mundo para produtos farmacêuticos e bioquímicos, detendo mais de 30% da biodiversidade da Terra. Estima-se em US\$ 1,7 trilhão o valor das reservas de madeiras de lei. Existem jazidas minerais de metais nobres dos mais variados tipos, acumulando recursos hoje levantados da ordem de US\$ 1,6 trilhão. É um dos dois últimos espaços ainda inexplorados do planeta, com terras propícias à ocupação e com a possibilidade de aumentar entre 60 e 80% o potencial agrícola do País. Tem

enorme potencial econômico em: minerais; madeiras; flora; agropecuária; biodiversidade; e como fonte de matérias primas farmacêuticas”. (Extrato abreviado, retirado do sítio www.sivam.gov.br).

A toda esta riqueza, acrescente-se o valor da Amazônia Brasileira como espaço geopolítico que se conecta diretamente com sete vizinhos sul-americanos, com suas riquezas atuais e potenciais, com os Oceanos Atlântico e Pacífico e com o Caribe. Três desses vizinhos – na região guianense – possuem fortes laços com Inglaterra, França e Holanda. Quem controlar a Amazônia Brasileira tem condições de projetar poder em todo subcontinente sul-americano e, daí, para os oceanos.

O interesse (cobiça) internacional não precisa ser demonstrado, pois é de nosso pleno conhecimento, uma vez que foi por diversas vezes manifestado por diferentes personalidades e autoridades estrangeiras, bem como, por chefes de governo e de estado.

“A Amazônia Brasileira é um espaço rico em recursos e vazio em população, agências e órgãos do Estado. É comum Organizações Não Governamentais (ONG) ocuparem os espaços que cabem ao Estado Brasileiro, sendo que muitas dessas organizações representam, veladamente, interesses internacionais públicos ou privados. Várias ONG não têm nenhum compromisso com o Brasil e atuam política e estrategicamente no sentido de que as populações indígenas, no futuro, constituam nações autônomas” (PADECEME – 2º Quadrimestre – 2006, do mesmo autor).

Infelizmente, sucessivos governos têm demonstrado ineficácia ou, talvez, falta de vontade política para conduzir um processo sustentável de ocupação, desenvolvimento, integração e preservação da Amazônia, o que compromete a defesa de nossas posições no cenário mundial.

A questão de Roraima insere-se no cenário mais amplo da cobiça estrangeira na

Amazônia. Roraima é, hoje, a oportunidade de se estabelecer uma cabeça-de-ponte para o objetivo maior de assegurar a participação privilegiada na exploração dos imensos recursos locais, a exemplo do que ocorre em outras partes do mundo como na Arábia Saudita e no Iraque (Oriente Médio) e no Cazaquistão (Ásia Central).

A escassez de recursos prevista para o futuro e a existência de um “mundo amazônico” com muitos deles ainda pouco explorados, bem como a perspectiva de outros hoje desconhecidos, permite perceber a ameaça que paira sobre o Brasil, considerando o histórico do Eixo.

O Eixo busca obrigar o Brasil e outros condôminos a aceitarem a soberania compartilhada na região. Nesta direção, vêm sendo desencadeadas ações estratégicas sucessivas desde 1991, quando da criação da TI Ianomâmi, sob pressão internacional, assim como o foram outras TI e a da Raposa Serra do Sol em 2005.

No Estado de Roraima, a partir de então, mais de 50% de suas terras foram transformadas em TI. Tal fato compromete seu desenvolvimento, pois cria um vazio populacional pelo afastamento de cidadãos que são tão brasileiros quanto os índios. Simultaneamente, ocorre o crescimento da população **indígena brasileira** nas TI, onde está sob forte influência de ONG e outras organizações, muitas sem nenhum compromisso com o Brasil e recebendo o apoio de potências do Eixo. Estas organizações não consideram os indígenas como cidadãos brasileiros, exercem influência sobre eles para assim se considerarem e defendem que se reúnam em “nações” autônomas, propagando esta idéia entre os **indígenas brasileiros**.

Em setembro de 2007, a ONU aprovou a “Declaração de Direitos dos Povos Indígenas”, **onde constam o direito à**

autodeterminação, a vetar operações militares e a estabelecer instituições políticas, sociais, econômicas e jurídicas nas TI. É lamentável constatar que existem brasileiros, movimentos nacionais e órgãos de governo que pensam assim, porém, **o mais grave é que o Brasil votou a favor da mencionada Declaração.**

E agora? O que falta? Em futuro bem próximo, uma ou mais destas TI apresentarão seus “parlamentos” e outras reivindicações, recebendo o apoio de potências do Eixo e de organismos internacionais.

A Guiana anunciou que poderá ceder o controle de seu território amazônico, vizinho a Roraima, ao Governo Britânico. Assim, teremos três potências estrangeiras com interesses importantes na região, apoiadas em espaços territoriais (cabeças-de-ponte), considerando, também, a Guiana Francesa e o Suriname – ex-colônia holandesa – onde há informes da existência de um movimento que visa reatar laços de dependência com a antiga metrópole. Inglaterra, França e Holanda apóiam, tanto política quanto economicamente, diversas ONG na região, que têm posições contrárias aos nossos interesses.

Existe, ainda, a intenção dos EUA de impedir o aparecimento de um rival que possa restringir sua supremacia no subcontinente e este concorrente poderá ser o Brasil. A nossa plena soberania sobre a Amazônia Brasileira, com autonomia para explorar suas riquezas, potencializa a capacidade de alcançar o status de potência de primeira grandeza e a liderança regional. Os EUA e seus aliados europeus continuarão fazendo o possível para neutralizar nossa ascensão político-econômica e militar e para nos impor uma soberania limitada sobre a região, de modo a compartilhar da exploração de suas riquezas impondo condições que lhes sejam favoráveis.

A Nação precisa conhecer o risco que significa não preservar, mas também, o de aceitar as pressões para não ocupar, não povoar, não desenvolver, não integrar e não defender a Amazônia, pois, só assim, passará a exigir medidas preventivas, contrapondo-se a muitos atores adversos, bem como a correção dos erros que vêm sendo cometidos há quase duas décadas.

Precisa saber, principalmente, que a Amazônia não é problema, mas sim solução.

Este quadro preocupante, descrito de maneira sucinta, foi estabelecido pelo próprio País, que acatou pressões externas e internas, criando e potencializando a ameaça que vai se concretizar. Espero que saibamos reagir com dignidade.

Conclusão Parcial

A História é rica em imagens e ensinamentos para países que têm visão estratégica e lideranças competentes. Não faltam semelhanças entre os três fatos históricos abordados.

- O tempo estratégico se conta mais por décadas do que por anos. A Bolívia começou a perder o Acre em 1877, quando os nordestinos ocuparam o vazio de poder deixado pelo Estado Boliviano. A Sérvia perdeu o Kosovo porque deixou que uma população estrangeira ocupasse aquele território, enquanto seus nacionais abandonavam a região. O Brasil vem perdendo a soberania plena sobre a Amazônia a partir da “cabeça-de-ponte” de Roraima desde 1991, com a criação de TI que ocupam mais de 50% do estado. Nelas, o índio está sob influência de ONG sem nenhum compromisso com o Brasil e que propugnam pela autodeterminação dos “povos indígenas”. Nossas TI caracterizam um vazio de poder ocupado por estas ONG,

de onde o brasileiro (não índio) é obrigado a sair e proibido de entrar.

- Fatos como os supramencionados, aparentemente sem conseqüências no momento em que são consumados, transformam-se nas causas de verdadeiros desastres no futuro. Porém, não ocorrem em países com lideranças preparadas, pois estas não permitem o nascimento de tais ameaças.

- A Bolívia alienou o poder do Estado para uma empresa multinacional, a exemplo do que vem fazendo o Brasil com relação às ONG que atuam nas TI, muitas sustentadas por governos do Eixo de forma velada ou ostensiva. A Sérvia foi obrigada, por meio de uma guerra promovida pelo Eixo, a aceitar a presença de “forças de paz da OTAN” no Kosovo e, nove anos depois, está diante do fato consumado da independência daquela parte histórica de seu território.

- A revolta dos seringueiros nordestinos, com a declaração de independência do Acre, foi o fato consumado para a perda de soberania boliviana, embora não houvesse apoio do Governo do Brasil. Na Sérvia, a cassação da autonomia do Kosovo pelo Governo legal, soberanamente capaz de fazê-lo, desencadeou a revolta dos albaneses e a reação do Estado Sérvio em defesa da integridade territorial. A partir daí, houve a intervenção da OTAN. A declaração de autodeterminação por parte de TI brasileiras, com base na “Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas”, ainda que sem a anuência de nosso Governo, certamente terá o aval de potências do Eixo, assim como ocorreu com o Kosovo, pois isto atende a seus interesses. O Brasil terá que entrar em um conflito para o qual não está preparado ou ceder e perder a dignidade.

6 CONCLUSÃO

Existe, portanto, uma ameaça concreta à nossa soberania e integridade territorial, fruto: de nossas vulnerabilidades político-estratégicas e da falta de vontade política para reduzir estas vulnerabilidades; **do**

interesse internacional pelas riquezas e pela projeção geopolítica conferidas pela região amazônica; da falta de visão prospectiva do Brasil para perceber ameaças e por aceitar imposições nos campos militar e científico-tecnológico, que visam impedir nossa ascensão como potência rival; da demora na integração de tão importante espaço vital para o País; da alienação da sociedade dos assuntos de defesa; da falta de comprometimento da liderança nacional com o futuro do País; de nossa fraqueza militar; e do afastamento do militar do assessoramento direto ao núcleo decisório do Governo, inclusive no que tange à defesa nacional.

Tal ameaça vem sendo construída há quase duas décadas e vai se concretizando em Roraima, mas envolverá toda a faixa de fronteira entre aquele estado e o Amapá.

Os nossos oponentes serão os EUA, o Reino Unido, a França, a Holanda e a Alemanha, numa possível coalizão, ainda que sem o aval do CS/ONU a exemplo de como ocorreu no Kosovo. Caso o Congresso Nacional não se disponha a reverter a posição do Brasil a favor da “Declaração de Direitos dos Povos Indígenas”, o Eixo poderá respaldar sua intervenção naquele documento.

É lamentável que seja o próprio País o responsável por criar as condições objetivas para a perda de soberania e integridade. Um País com as riquezas e o porte do Brasil não pode se manter incólume em um mundo como este em que vivemos, sob o poder do Eixo, com uma postura tão ingênua e inconseqüente com relação ao seu futuro, bem como revanchista em relação aos militares. É curioso ter sido exatamente após a ascensão das esquerdas, que se autoproclamam nacionalistas, que este cenário infeliz de entrega foi sendo, paulatinamente, construído.

No entanto, estou certo de que se a sociedade for alertada vai exigir uma nova

atitude pois, embora alguns não percebam, o brasileiro sempre foi patriota e orgulhoso de sua História construída de vitórias e não de reveses. Passa a ser dever de todo brasileiro interessado no futuro do País insistir nesse alerta, particularmente, após a “Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas” aprovada pela ONU.

Lealdade à Pátria, à Constituição Federal (que nos destina a defesa da Pátria), ao Estado e à sociedade nacional é demonstração de disciplina em seu mais alto nível e vale qualquer risco.

Como diz a Visão de Futuro do Exército: “Ser uma Instituição compromissada, de forma **exclusiva e perene**, com o Brasil, o Estado, a Constituição e a sociedade nacional, de modo a continuar merecendo confiança e apreço [...]”.

Estaríamos à altura de heróis como Caxias e Rio Branco? O que eles fariam?